



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e perspectivas

ÁREA TEMÁTICA: Cidades, Campos e Territórios [AT]

**IDENTIDADE, TERRITÓRIO & PATRIMÔNIO: EXPERIÊNCIAS CONFLITIVAS
RESULTANTES DO PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO NA CRIAÇÃO DO PARQUE
NACIONAL SERRA DA CAPIVARA/ BRASIL.**

SILVA, Clódson dos Santos

Doutor em Sociologia

Universidade Estadual do Piauí

closonsilva@yahoo.com.br

Resumo

No final da década de 1970, um acervo monumental de registros rupestres e vestígios arqueológicos referentes aos primeiros habitantes do continente Americano levaram a criação do Parque Nacional Serra da Capivara – PI/ Brasil. Neste processo, os moradores do “Antigo Zabelê” foram despejados de suas terras para a criação da unidade de conservação do parque. Os moradores que tinham os documentos de propriedade foram indenizados pelo Estado. Contudo, outra parcela, sem a posse legal da terra, ainda hoje espera pela indenização. Tal fato desencadeou uma série de conflitos e ressentimentos de parte da população local em relação à criação do Parque. Que representações sociais emergiram destas experiências conflitivas resultantes do processo de desterritorialização ocasionado pelo deslocamento destas populações e pela interdição do uso dos recursos naturais por estes grupos sociais? Nesse artigo, investigo os conflitos territoriais ocasionados pelo processo de deslocamento dos habitantes desta localidade. Evitando uma visão maniqueísta, a pesquisa procurou investigar as diferentes representações sociais construídas entorno deste processo, bem como as representações construídas pelos moradores locais sobre o trabalho dos arqueólogos, atores sociais que trabalham com patrimônio cultural pré-histórico da região e que corporificam aos olhos da população local tais instituições.

Abstract

In the late 1970s, a monumental collection of rock art records and archaeological vestiges, relating to the first inhabitants of the Americas, led to the creation of the Serra da Capivara National Park - PI / Brazil. In this process, the residents of the old ‘Zabelê’ were evicted from their lands to the creation of the protected land of the park. Residents who had ownership documents were compensated by the State. However, residents without legal ownership of the land, they are still waiting for compensation. This fact triggered a series of conflicts and a deep resentment of the local population about the creation of the Park. What did social representations emerge from these conflicting emotions caused by the process of deterritorialization due to the displacement and the ban on the use of natural resources by these residents? In this article, I investigate land disputes caused by the displacement of the inhabitants from the residents of the old ‘Zabelê’. Avoiding a Manichean view, the study sought to investigate the different social representations formulated around this process as well as the social representations by local residents about the work of the archaeologists, who are social actors that work with prehistoric cultural heritage of the region and also represent social institutions.

Palavras-chave: Conflitos; Território; Parque Nacional

Keywords: Conflict; Territory; National Park

1. Introdução

A investigação em curso que subsidia este artigo analisa a tensa relação entre parte dos moradores que vivem na região onde está localizado o Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC) e os representantes das instituições que o administram. O processo de demarcação da área do parque alterou a territorialidade de várias comunidades localizadas nos municípios de João Costa (Povoados de São João Vermelho, Cambraia e Vila de Santo Inácio); Brejo do Piauí (Povoados de Angical e Alegre); Coronel José Dias (Povoados do Sítio do Mocó, Zabelê e Barreirinho) e comunidades da zona rural de São Raimundo Nonato.

Entretanto, no caso aqui analisado, me debruço especificadamente sobre as experiências conflitivas resultantes do processo de desterritorialização do Povoado Zabelê. Esta escolha se justifica porque tal comunidade foi a única completamente desapropriada, já que estava localizada no interior do parque. Além disso, diferentemente das outras, o Zabelê era composto por camponeses que não tinham a documentação das terras, por tanto, eram posseiros. A desapropriação desencadeou um longo e polêmico processo de reassentamento que ainda hoje gera conflitos e ressentimentos de parte da população local em relação à criação do PNSC.

Todavia, os conflitos tal como são tratados neste artigo não são, por si só, negativos ou desagregadores. Para Simmel (1977), o conflito é um elemento importante para compreender a dinâmica social. As desavenças, os embates e discordâncias fazem parte da interação social. O conflito provoca e modifica interesses de grupo, adesões e rupturas, já que afeta os grupos em disputa, tanto em sua relação um com o outro, mas também em relação ao próprio grupo.

Nesse sentido, procurei investigar que representações sociais emergiram das experiências conflitivas resultantes do processo de desterritorialização ocasionado pelo deslocamento dos habitantes do Povoado Zabelê e pela interdição do uso dos recursos naturais por esta comunidade.

É importante destacar que os grupos em conflito descritos neste trabalho não são simplesmente homogêneos, eles se configuram e reconfiguram no decorrer deste processo. Nesse sentido, Simmel (1987) afirma que na existência de um conflito com um grupo externo, as diferenças internas de cada grupo diminuem ou mesmo são suspensas temporariamente, unindo pessoas que em outros momentos estariam separadas.

A existência de períodos conflituosos também são oportunos para eliminar indivíduos que poderiam colocar em xeque a clareza dos limites de cada grupo. A unidade do grupo se fortalece diante de um conflito com um adversário externo. Esse efeito pode se estender depois do período da luta, isto é, "o conflito é mais a oportunidade para as unificações exigidas internamente do que o propósito dessas unificações" (Simmel, 1987, pp. 157- 159).

No caso estudado, ainda hoje as clivagens estabelecidas no processo de criação do parque permeiam o imaginário da população local. Mas, antes de tratar do processo conflituoso de desapropriação das comunidades que habitavam a área do que se tornaria o Parque Nacional Serra da Capivara, é importante recordar que historicamente tal perímetro foi palco de diferentes conflitos territoriais.

2. Histórico dos conflitos territoriais

O histórico de conflitos territoriais da região compreende desde a presença de populações pré-históricas, indígenas até a ocupação originada pela colonização europeia. Vale destacar que a região já tinha sido habitada por um grupo humano distinto da população nativa entrou em contato com o colono europeu.

As cenas de conflito registradas através de pintura rupestre nos paredões da Serra da Capivara também podem ser interpretadas como fortes indícios de que diferentes agrupamentos humanos no período pré-histórico já haviam disputado territorialmente aquele lugarⁱⁱ.

Já a ocupação histórica da região teve início com o estabelecimento da Fazenda Grande originalmente denominada de Sítio Serra Nova. Entre os séculos XVIII ao XIX, os povos nativos que habitavam tal localidade foram quase completamente dizimados, os que sobreviveram provavelmente foram incorporados

através da mestiçagem na população local e suas terras transformadas em lavouras e fazendas de gado (Sousa, 2005).

O foco de ocupação estável dos colonos brancos na região está associado à figura de Vitorino Dias Paes Landim. Segundo Godoi (1999), Vitorino é o “ancestral comum”, o primeiro colono a chegar e se instalar com sua família no começo do século XIX na região do que hoje correspondente ao Parque Nacional Serra da Capivara.

Os historiadores apontam conflitos territoriais entre o grupo familiar de Vitorino e os grupos indígenas nativos da região. O grupo familiar de Vitorino foi o grande responsável pela expulsão ou dizimação dos índios desta região. Em contrapartida, a família de Vitorino recebeu do governo estadual a propriedade das terras.

Outro período importante para compreender o histórico de ocupação da região é o ciclo da maniçobaⁱⁱⁱ que ocorreu entre a segunda metade do século XIX e início do XX. Naquela altura a região foi um importante centro de extração e cultivo do produto (Oliveira, 2001).

Para Oliveira (2011) e Godoi (1999), foi justamente durante o ciclo da maniçoba que pessoas de outros Estados se migraram para esta região e estabeleceram contatos familiares, se incorporando com a população local. O povoado do Zabelê surgiu neste contexto, na medida em que as terras do entorno da serra eram ocupadas pela exploração da maniçoba, o que empurrava as populações tradicionais para o interior da serra, afastando-as do antigo pátio da Fazenda Várzea Grande (Sousa, 2009, p.81).

A identidade do povoado do Zabelê foi forjada historicamente pelos laços de parentesco e compadrio, e reforçada pela experiência cotidiana de ajuda mútua, troca de favores e de dias de serviço na roça, nas festas e na descendência de um ancestral comum “Vitorino” (Pompa, 1987).

Segundo Pompa (1987), o Zabelê foi o único povoado que se encontrava inteiramente incluído na área do Parque. Na época do processo de criação do parque o Zabelê era por um grupo com cerca de 50 famílias totalizando cerca de 420 pessoas.

A chegada dos arqueólogos começa alterar a dinâmica territorial da população local no começo da década de setenta. Em 1973, durante uma visita exploratória na região, a arqueóloga Niède Guidon com auxílio dos próprios moradores locais identificou uma enorme quantidade de sítios arqueológicos com registros rupestres.

Em 1978, entusiasmada pela enorme quantidade e pelas características únicas dos registros rupestres daquela região, Guidon encaminha um relatório para Brasília mostrando a importância dos vestígios arqueológicos encontrados e ressaltando a necessidade de preservar o bioma da caatinga.

Em 1979, o governo Federal instituiu o Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC). O parque foi inicialmente criado com uma área de 100.000 ha, através do Decreto Presidencial nº 83.548, de 05 de junho de 1979. Com base no Decreto Presidencial nº 99.143, de 12 de março de 1990 a área de proteção ambiental do Parque Nacional foi aumentada para 129.140 ha.

Como podemos constatar o histórico de ocupação e de conflitos territoriais daquela área, compreende diferentes agrupamentos humanos que vão desde a presença de populações pré-históricas, indígenas até a ocupação originada pela colonização europeia. Entretanto, este artigo se debruça especificadamente sobre como os conflitos acionados no processo de criação do Parque Nacional Serra da Capivara resultantes do processo de desterritorialização do Povoado Zabelê.

3. Institucionalização do parque

Analisando a bibliografia produzida sobre o Parque Nacional Serra da Capivara, identificamos a hegemonia das narrativas institucionais. Os discursos contidos na imensa maioria dos documentos apontam a importância do parque a partir do seu bioma ou das descobertas científicas no campo da arqueologia pré-histórica.

A reprodução do discurso institucional negligencia as diferentes etapas do processo conflituoso de criação do parque. Ou seja, através destas fontes quase nada conhecemos sobre os impactos que a criação do parque desencadeou no cotidiano dos moradores locais que não foram absolvidos como mão-de-obra no setor de turismo ou nas instituições criadas para administrar o parque.

Vale destacar que a criação do parque institucionalizou normas que alteraram o relacionamento da população local com meio ambiente. A fiscalização ambiental, que anteriormente era apenas formal, foi efetivamente colocada em prática, provocando profundas modificações nos costumes da população local relacionados ao meio ambiente. A roça, o corte de madeira e a caça na região do Parque eram atividades cotidianas daquelas pessoas. Contudo, com a instalação em 1991 do escritório do Ibama, em São Raimundo Nonato, tais práticas passaram a ser efetivamente combatidas e criminalizadas na região.

Além disso, a criação do Parque como uma unidade de conservação e proteção integral da natureza acarretou a desapropriação territorial das populações que habitavam a área que passou a pertencer ao parque nacional. Naquela época, o Código Florestal e Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiro, determinava que nenhuma comunidade humana continuasse trabalhando ou morando dentro da unidade de conservação. Foi neste contexto que o Povoado do Zabelê que se situava integralmente dentro da área do Parque foi desapropriado.

De acordo com Bastos, “a repressão à caça, e a retirada dos moradores do Zabelê dos limites do parque são a origem do ressentimento de parte da população em relação ao ‘Ibama’, e a ‘doutora’ (Niède Guidon), duas entidades que se misturam no imaginário popular.” (Bastos, 2010. p. 81).

Os dados revelados por Pompa (1987) durante seu trabalho de campo para o levantamento preliminar da situação fundiária e social da região através do Instituto Antropológico do Rio de Janeiro (IPARJ) nos ajuda a compreender o pano de fundo destes conflitos. Segundo a pesquisadora, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) repassou dinheiro para o Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) que terceirizou a pesquisa fundiária e social para uma empresa privada. Esta empresa que não realizou completamente a pesquisa, negligenciando a presença de moradores na área.

Neste cenário, a Missão Franco Brasileira dirigida por Guidon aparece inicialmente como mediadora entre os moradores locais e os órgãos estadual e federal. Conforme Pompa (1987), em resposta a atuação da Misão Franco Brasileira o IBDF transferiu para o IPARJ a tarefa de levantamento social e fundiário, bem como a avaliação das benfeitorias para o cálculo das indenizações.

Para Pompa (1987), o reassentamento dos moradores para a beira da estrada que liga São Raimundo Nonato a Teresina representaria uma melhora substancial especialmente na vida dos moradores do povoado Zabelê. Contudo, a autora argumenta que a expectativa de valorização monetária das terras nas proximidades dozez com que os "*expoentes da política local*" se apropriaram destas áreas devolutas e promoveram um selvagem desmatamento na área.

Neste contexto, a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais juntamente como Presidente do INTERPI conduziu uma luta junto ao governo estadual e federal em oposição ao parque. Contudo, como os moradores do Povoado Zabelê não possuíam documentos de propriedade das terras, eles foram indenizados por suas benfeitorias.

Conforme Levy (2006), o fato de a comunidade estar localizada no interior do Parque, e não nas bordas, ou no entorno, como foi o caso de outros povoados, fez com que seus moradores fossem logo indenizados com recursos captados pela Fundham em instituições internacionais entre os anos de 1987 a 1989.

Entretanto, tão ou mais conflituoso que o processo de desapropriação e definição das indenizações foi o fato dos habitantes desta comunidade não serem reassentados imediatamente.

“Na perspectiva de logo serem reassentados, os antigos moradores do Zabelê estabeleceram-se em São Raimundo Nonato. Apenas alguns compraram terras com o dinheiro das indenizações, outros compraram casas na cidade ou, sem princípios de investimento mais concretos, desperdiçaram esses recursos. Nos casos onde houve investimento no banco sofreu-se, à época, a experiência do Plano Collor e com isto estas

finanças foram retidas e inviabilizadas. O fato de essas pessoas terem sido distanciadas do trabalho nas roças, antes sua principal atividade econômica, fez com que se dispersassem nas migrações ou nos desentendimentos familiares, muitos ficando marginalizados nas cidades” (Levy, 2006, p.150).

Conforme Levy (2006) após o processo de expropriação, todos os resquícios do povoado do Zabelê foram destruídos junto com suas territorialidades, restando apenas o cemitério da comunidade que foi incorporado aos padrões estéticos da arquitetura do parque.

Foi apenas em meados dos anos noventa que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) destinou terras para os antigos moradores do povoado Zabelê no Assentamento Lagoa. Entretanto, juntamente com esses camponeses, articulações políticas conseguiram incorporar outras famílias que não pertenciam ao Zabelê. Destarte, não houve um processo de reassentamento que buscasse reagrupar os moradores do povoado Zabelê. Na tentativa de resgatar simbolicamente a memória do Povoado Zabelê os remanescentes daqueles camponeses expropriados nomearam as terras de Novo Zabelê.

4. Considerações finais

Sabemos que é notória a ligação que o Parque Nacional Serra da Capivara tem com a ocupação pré-histórica da região. Entretanto, a inexistência de uma continuidade ocupacional dos grupos pré-históricos até a atual população que ocupa aquela região tem causado historicamente uma falta de identificação dos atuais habitantes com patrimônio material salvaguardado no parque.

É impossível não reconhecer o árduo trabalho desenvolvido desde o início dos anos de 1970 pela equipe de arqueólogos conduzida por Niède Guidon no processo de identificação e salvaguarda do patrimônio cultural pré-histórico daquela região. Contudo, a falta de clareza sobre os diferentes momentos históricos do conflito gerado no processo de desapropriação dos moradores do povoado Zabelê tem gerado em parte da população local certo maniqueísmo que contrapõe os camponeses eo parque personificado na figura da “Dra. Niède Guidon”.

Tal fato ainda é agravado pelo forte personalismo que os moradores locais constroem entorno das instituições públicas e dos seus representantes. No imaginário de parte da população local Niède se funde e confunde com a história do próprio parque. A excentricidade da sua forte personalidade é difundida no imaginário da população local dividindo opiniões entre aqueles que a idolatram, aqueles que a respeitam, aqueles que a temem ou ainda aqueles que se ressentem.

É instigante notar que o papel desempenhado pelos “políticos locais” neste processo conflituoso frequentemente não é lembrado pelos habitantes daquela região. Todavia, as ações destes “políticos” inviabilizaram o rápido reassentamento dos moradores do povoado do Zabelê naquela região além decapitalizaram politicamente adesões ocasionadas por este conflito que posteriormente foram convertidas em votos nas eleições estaduais para o presidente do INTERPI.

Se por um lado parte dos moradores locais foi impedida pela fiscalização ambiental de exercer os costumes que praticavam livremente antes da implantação do Parque. Por outro, não devemos esquecer que o parque também promoveu uma mudança na vida dos moradores que foram incorporados como parte do quadro de funcionários desta instituição.

Em relação à identificação dos moradores em relação ao parque, acreditamos que a ampliação das pesquisas em arqueologia histórica na região poderá despertar elementos identitários em muitos habitantes que residem nas cidades do entorno do parque e descendem direta ou indiretamente dos colonizadores europeus que chegaram à região a partir do século XVIII. Um dos elementos interessantes que poderá futuramente repercutir nas representações que a população local constrói em torno do parque é o fato de que muitos dos jovens da região começaram a ingressar no curso de arqueologia e preservação patrimonial oferecido em São Raimundo Nonato pela Universidade Vale do São Francisco.

Referências bibliográficas

Bastos, Solange. (2010). *O paraíso é no Piauí: a descoberta da arqueóloga Niède Guidon*. Rio de Janeiro: Família Bastos Editora.

Godoi, Emilia Pietrafesa de. (1999). *O Trabalho da Memória: o cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

Levy, Claudia. (2006). *Gestão e usos do território: conflitos e práticas sócio-espaciais no Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil*. Dissertação de mestrado. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas.

Oliveira, A. S. de N. (2001). *Os maniçobeiros do sudeste do Piauí*. Dissertação de mestrado em História. : Recife: Universidade Federal de Pernambuco.

Pompa, Maria Cristina. (1987). *Parque Nacional Serra da Capivara: um drama social*. São Raimundo Nonato.

Simmel, George. (1977). *Sociologia: Estudios sobre las formas de socializacion*. 2. ed. Madrid: Biblioteca de la Revista de Occidente.

Simmel, George. (1987). *Simmel: Sociologia*. São Paulo: Ática.

Sousa, Maria Sueli Rodrigues de. (2005). *Imaginário Social de semi-árido e o processo de construção de saberes ambientais: o caso do município de Coronel José Dias – Piauí*. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Teresina: Universidade Federal do Piauí.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. (2009). *O povo do Zabelê e o parque Nacional Serra da Capivara no Estado do Piauí - tensões, desafios e riscos da gestão principiológica da complexidade constitucional*. Tese de doutorando em Direito. Brasília: Universidade de Brasília.

ⁱO Parque está localizado no sudeste do Piauí, Brasil fazendo limite com os municípios de São Raimundo Nonato, Brejo do Piauí, Coronel José dias e João Costa.

ⁱⁱNo período do contato com os colonizadores europeus diferentes grupos indígenas (Pimenteiras, Acroás, Macoazes, Cherens, Gueguêz, Kamakam e Jeicó), integravam a etnia Jê que habitava aquela região (Sousa, 2005).

ⁱⁱⁱ A maniçoba (*Manihot piauhyensis*) produz uma espécie de látex utilizado na produção de borracha natural que possuiu muita demanda econômica antes da criação de produtos sintéticos derivados do petróleo.